

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira



*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Editora Chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

- Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A838 Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira
1 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Teresa Ribeiro Pessoa, Elisângela Maura Catarino. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-211-1

DOI 10.22533/at.ed.111202107

1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Pessoa, Maria Teresa Ribeiro. III. Catarino, Elisângela Maura.

CDD 379.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.

APRESENTAÇÃO

É com imenso prazer que apresentamos a vocês caríssimos leitores a Coletânea “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”, composta por 71 textos, oriundos de autores de vários lugares do Brasil, organizado em três volumes, que perpassam pela educação brasileira estabelecendo liames com artefatos da história, política e cultura do nosso povo.

Educar é um ato político e ao mesmo tempo cultural. Os aspectos históricos da educação brasileira nos mostram seu percurso, possibilitando-nos, conhecer sua conjuntura e estrutura. Nos dias que correm, cabe o questionamento: que educação atenderia a conjuntura atual marcada por diversidades e por identidades plurais?

Nessa ótica de pensamento, o volume 1 desta coletânea, traz, em dois eixos temáticos, a educação em diálogo com aspectos significativos da diversidade de políticas e de culturas que povoam os espaços educacionais, se materializando em 24 textos reflexivos por onde perpassam termos que servem de guias para importantes debates e discussões. Tais como: autonomia, democracia, saberes pedagógicos, educação popular, sistema, instrução, intervenção, inclusão, prática, reinserção, interdisciplinaridade, direito de escolha, formação de professores, entre outros.

Isto dito, desejamos a todos, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE I

CAPÍTULO 1	1
A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA ESCOLAR E FERRAMENTAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR	
Lidnei Ventura Klalter Bez Fontana Roselaine Ripa	
DOI 10.22533/at.ed.1112021071	
CAPÍTULO 2	12
A CONTRIBUIÇÃO DE CHARBONNEAU À EDUCAÇÃO: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SABERES PEDAGÓGICOS NO BRASIL ENTRE 1959 A 1987	
Jefferson Felliipe Jahnke	
DOI 10.22533/at.ed.1112021072	
CAPÍTULO 3	17
A DEMOCRACIA E A ESCOLA EM UM CENÁRIO PANDÊMICO: A MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DIANTE DA COVID-19	
Renata Cecilia Estormovski Juliana Venzon	
DOI 10.22533/at.ed.1112021073	
CAPÍTULO 4	28
A EDUCAÇÃO POPULAR E O ENSINO DE HISTÓRIA: UM DIÁLOGO PEDAGÓGICO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	
Aline Praxedes de Araújo Aparecida Barbosa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1112021074	
CAPÍTULO 5	39
A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO À DISTÂNCIA, AOS MOLDES DO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL, NA FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE	
Eduardo Freitas Gorga Elisa Pinheiro de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.1112021075	
CAPÍTULO 6	53
A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA EM UMA TURMA DO 6º ANO	
Rosimere dos Santos Nascimento Alves Hélio Rosa de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1112021076	
CAPÍTULO 7	67
A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NAS CADEIAS PARAENSES: ORIGENS E FUNCIONAMENTO (1871-1940)	
Cilicia Iris Sereni Ferreira Orlando Nobre Bezerra de Souza Ney Cristina Monteiro de Oliveira Raimundo Alberto de Figueiredo Damasceno	
DOI 10.22533/at.ed.1112021077	

CAPÍTULO 8 80

A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA EM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA ORFANDADE E ADOÇÃO

Isabelle Cerqueira Sousa
Ana Maria Fontenelle Catrib
Sílvia Helena de Amorim Martins
Patrícia do Carmo Lima
Tallys Newton Fernandes de Matos
Luiza Valeska Mesquita Martins
Sarah Lorena Silva Macêdo

DOI 10.22533/at.ed.1112021078

CAPÍTULO 9 92

A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO DENTRO E FORA DO AMBIENTE ESCOLAR

Lucio Araujo Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.1112021079

CAPÍTULO 10 104

A PRÁTICA DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA E OS ESPAÇOS NÃO FORMAIS

Rodrigo Bastos Daude
Carlos Augusto Cardoso de Jesus
Gabrielle Correia Silva dos Santos
João Pedro Marques Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.11120210710

CAPÍTULO 11 116

A REINSERÇÃO DE JOVENS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: O PROJÓVEM URBANO NO HORIZONTE

Maria Aparecida de Queiroz
Marcos Torres Carneiro

DOI 10.22533/at.ed.11120210711

CAPÍTULO 12 127

AQUISIÇÃO DA ESCRITA E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: VALORIZANDO OS SABERES DA COMUNIDADE LOCAL

Jullyane Glaicy da Costa Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.11120210712

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE II

CAPÍTULO 13 138

AS CIÊNCIAS SOCIOLOGICA E HISTÓRICA: UMA RELAÇÃO DE INTERDISCIPLINARIDADE ESTRUTURAL

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama

DOI 10.22533/at.ed.11120210713

CAPÍTULO 14 148

AS CONTRIBUIÇÕES DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA PRÁTICA DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Thais Tamires Guimarães da Costa
Francisca Celia Lima Paula
José Ygor Ribeiro dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.11120210714

CAPÍTULO 15	158
AS GINÁSTICAS E AS DIMENSÕES DO CONTEÚDO NO CONTEXTO ESCOLAR	
Kelly Silva Teixeira Thais Vinciprova Chiesse de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.11120210715	
CAPÍTULO 16	174
AS INFLUÊNCIAS DA FILOSOFIA NA FORMAÇÃO DOCENTE	
Leonardo Mendes Bezerra Marinete Aparecida Martins Leo Victorino da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.11120210716	
CAPÍTULO 17	182
ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E CULTURAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: SOBRE A UNIVERSIDADE, UM ESTUDO HISTÓRICO II	
Oscar Edgardo Navarro Escobar	
DOI 10.22533/at.ed.11120210717	
CAPÍTULO 18	194
BALANÇO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA: UNIVERSALIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NOS CURSOS DE DIREITO DA REGIÃO DO VALE DO JAURU E DE CÁCERES – MT NO PERÍODO DE 2009-2019	
André Luiz Picoli Herrera	
DOI 10.22533/at.ed.11120210718	
CAPÍTULO 19	203
BILINGUISMO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	
Lineise Auxiliadora Amarilio dos Santos Cláudia Araújo de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.11120210719	
CAPÍTULO 20	213
CENTROS RURAIS DE INCLUSÃO DIGITAL E A FORMAÇÃO EM SERVIÇO: REFLEXÕES SOBRE/ A PARTIR DA METODOLOGIA SEQUÊNCIA FEDATHI	
Ana Carmen de Souza Santana Mirley Nádila Pimentel Rocha Roberta Cavalcante de França Lara Saldanha Meneses Nepomuceno	
DOI 10.22533/at.ed.11120210720	
CAPÍTULO 21	220
INOVAÇÃO PEDAGÓGICA NA PRÁTICA AVALIATIVA DE UMA GESTÃO DA SALA DE AULA EM CÍRCULO DE CULTURA	
Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti Zelia Maria dos Santos Freitas José Santos Pereira Glória Maria Alves Machado	
DOI 10.22533/at.ed.11120210721	

CAPÍTULO 22	226
CONTAR E OUVIR HISTÓRIAS: UM JEITO DIFERENTE DA CRIANÇA DESCOBRIR E COMPREENDER O MUNDO	
Maria Cristina Pinheiro da Silva	
Elaine Gaiva Leal	
Vanusa Aparecida Almeida	
Luiz Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.11120210722	
CAPÍTULO 23	233
CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DAS PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES	
Lucimara da Cunha Santos	
Dafne Fonseca Alarcon	
Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco	
DOI 10.22533/at.ed.11120210723	
CAPÍTULO 24	243
DIREITO DE ESCOLHA? UM OLHAR SOBRE A SEDUÇÃO POLÍTICA DO NOVO ENSINO MÉDIO	
Erika Aparecida de Paula Silva Lima	
Bárbara Carine Soares Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.11120210724	
SOBRE OS ORGANIZADORES	254
ÍNDICE REMISSIVO	256

ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E CULTURAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: SOBRE A UNIVERSIDADE, UM ESTUDO HISTÓRICO II

Data de aceite: 01/07/2020

Oscar Edgardo Navarro Escobar

Docente/UEPG

E-mail: escobareduc@uepg.br

RESUMO: Este trabalho de pesquisa pretende contribuir na discussão sobre o período histórico do ensino superior no Brasil Colônia. O trabalho procura trazer a discussão de uma pesquisa realizada na Universidade Estadual de Ponta Grossa que iniciou-se em 2020 e se estenderá até o ano de 2022. O Leitor encontrara aqui uma discussão sobre o desenvolvimento do ensino superior e sua trajetória histórica.

PALAVRA-CHAVE: Educação superior, Brasil Colônia, ascensão da sociedade moderna.

ABSTRACT: This research work intends to contribute to the discussion on the historical period of higher education in Colony Brazil. The works seeks to bring the discussion of a research carried out at the State University of Ponta Grossa that started in 2020 and will continue until the year 2022. The reader will find here a discussion about the development of higher education and its historical trajectory.

KEYWORDS: Higher education, Brazil Colony, Rise of modern society.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo visa trazer contribuições a respeito de questões específicas da história da universidade de modo geral e do desenvolvimento da universidade na sociedade brasileira, em particular, tomou-se a própria área de trabalho como ponto de partida para nossa reflexão e ação. É certamente impossível no quadro desta apresentação, retratar todo o panorama do desenvolvimento da investigação que está relacionada ao mundo da história do ensino superior, às políticas educacionais que envolvem o estado atual, isto é, as atuais bases que caracterizam a produção, a economia globalizada e as políticas neoliberais em pauta, as quais produzem profundas implicações na sociedade em geral e na educação universitária em especial. Em dadas situações históricas, as contradições entre as classes sociais que tendem a tornar-se mais complexas, mesmo que anteriormente tenham contribuído para o desenvolvimento social, podem passar a exercer um papel totalmente distinto do original, freando o dificultando o desenvolvimento humano. Este é o papel que

a classe burguesa financeira e industrial desempenha na atualidade, transformando-se de classe revolucionária a uma classe indiscutivelmente conservadora e promotora do atraso nas múltiplas dimensões da realidade social.

A literatura demonstra de forma inequívoca que, desde tempos pretéritos a educação brasileira herdou traços marcantes que se incorporam à cultura atual. Nesta direção os jesuítas serão os iniciadores de um ensino de caráter verbalista, mnemônico, livresco, repetitivo sem que houvesse a possibilidade de uma invenção de conteúdo, é um conhecimento que possui como característica primordial a competição através de prêmios, recompensas e castigos. Os jesuítas dedicaram-se a expandir um saber discriminatório e preconceituoso; eles dedicaram-se à formação das elites coloniais e difundiram nas classes populares a religião que legitimava o processo que estava em curso.

Portanto, historicamente é dentro destas características que se pode inserir a predominância dos interesses mercantis sobre os preceitos educativos e morais que marcaram o desenvolvimento do comércio nas colônias, além de organizar todas as atividades em benefício da realização dos interesses econômicos europeus via Portugal, objetivava também, possibilitar uma acumulação significativa de capitais e estimular a ascensão progressiva da burguesia nos quadros da sociedade ocidental. Assim, o ato educativo torna-se, então, conectado à esfera produtiva e ao próprio processo de desenvolvimento das relações econômicas que estão em curso e que se enquadra perfeitamente, por seus objetivos e métodos, no sistema geral de exploração mercantil-colonial dos tempos modernos.

É gradualmente que este processo se vai desenrolando na colônia e possibilitando que uma grande parte da riqueza fuga às exigências da metrópole, se vai acumulando, por vezes secretamente, nas mãos daqueles que a produzem. E assim se vai tornando uma classe que, pelo seu número e unidade, impõe-se ao conjunto.

Este era o sentido mais profundo que articulava toda a engrenagem da empresa colonial. Portanto, pode-se compreender que desde as primeiras expedições, o objetivo maior circulava em função da produção, tanto, para o enriquecimento da Coroa Lisboeta ou do estamento mercantil dominante, pois, através da história nota-se que quem vinha do Reino estava sujeito a propósitos de aumentar ainda mais o capital, posto que o trabalho aparecia nessa relação como capital e, devia dispor dele para obter os próprios escravos. A rigor o valor do escravo não era senão o conjunto do trabalho necessário, tanto para sua captura, quanto para sua doutrina de dominação. Dessa forma, entendemos que a pedagogia dos jesuítas significou o amoldamento do Ameríndio às “necessidades urgentes” de mão-de-obra abundante para o comércio em expansão. Portanto, esta pregação educativa expressava o “diploma de adaptação” dos mesmos ao sistema. Isto é claramente expresso na seguinte passagem:

“O regime do comércio colonial, isto é, o exclusivo metropolitano no comércio colonial – constitui-se, ao longo dos séculos XVI e XVIII, no mecanismo através do qual se processa a expropriação por parte dos mercadores das metrópoles, dos lucros excedentes gerados nas economias coloniais: assim, pois, o sistema colonial do desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu” (Novais, 1979: 92).

Não é a atuação, nem a grandeza, nem a riqueza que está sendo produzida que provoca sua preponderância política e de dominação sobre o resto do império e das colônias, mas, a natureza de organizar as relações sociais produtivas e de comércio. Vale lembrar que, a doutrina da Companhia de Jesus¹ possuía uma forma eminentemente elitista, pois procura reforçar a visão da finalidade da ação da classe que dominava a situação, ou em outras palavras, as atividades laborativas dos jesuítas encontravam-se divididas entre a educação do colonizador e a catequese das populações locais. Ressalta-se neste contexto que, os jesuítas e seus representantes encontravam-se inebriados pelas próprias contradições que sustentavam a relação do trabalho, isto é, muitas vezes, procurou-se atenuar os conflitos que surgiram da própria relação. George Benci, um defensor e observador desta época, procurava amenizar a dura relação entre o senhor e escravo, recomendando que fossem reformulados os princípios da pedagogia que educava os senhores de escravos, precisamente por essa razão, assim se refere:

“Tomei por assunto, e por empresa dar a luz esta obra, a que chamou Economia Cristã: isto é, regra, norma e modelo, por onde se deve governar os senhores cristão para satisfazerem as obrigações de verdadeiros senhores. [...] E quanto não possais ou não queerais por vós mesmos os vossos escravos: porque os não trazeis aos colégios e casas religiosas onde há operários que tem à sua conta ensinar os escravos” (Benci, 1977: 25-30).

De acordo com Benci (1977), estas orientações aos seus contemporâneos trariam ganhos aos detentores do capital, seria uma forma inteligente e vantajosa para a obtenção de uma maior produtividade. Destaca-se neste contexto, que os interesses ou os conflitos entre a doutrina cristã e a ordem produtiva eram relações que não se excluía, ao contrário, eram formas de expressão de um mesmo processo social. Eis o que escreveram Marx e Engels quando abordam o significado social da produção de conhecimento:

“Os pensamentos da classe dominantes são também os pensamentos de cada época, dizendo de outra forma a classe que é a potência material dominante da sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe ao mesmo tempo dos meios de produção intelectual, se bem que, em média, os pensamentos daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual estejam submetidos ao mesmo tempo a esta classe dominante” (Marx e Engels, 1971: 57).

Decorrente desta dominação simbólica, política e jurídica o processo colonial pode justificar-se a si mesmo, não há espaço social para a sua contestação, porém, as contradições ficam latentes. Portanto, podemos admitir que, a política colonial objetivava a conquista do capital necessário, para assegurar-se sobre seus próprios pés. Nestas condições, a pedagogia jesuítica visava legitimar a ascensão da nova relação e esta na

1 A respeito da educação jesuítica, indicamos os trabalhos de G. Snyders: A Pedagogia na França nos séculos XVII e XVIII.

colônia elaboraria as condições ideais de sua reprodução através da escravidão.

Cabe, nesta parte do trabalho, um esclarecimento necessário, existia uma diferença fundamental e histórica entre as atividades escolásticas da metrópole e da colônia. A primeira representa uma nação em franca decadência, arruinada, dilacerada pelas invasões estrangeiras, sua capital quase despovoada uma lavoura de subsistência pela falta de braços que a trabalhasse, pelas relações de caráter feudal, ainda existente, as cidades restantes, não passam de miseráveis vilas, dirigido por um rei absoluto e por uma nobreza gradativamente arruinada e dependente: “Em 1757, Malouet [...] explica: todo o ouro do Brasil passava para Inglaterra, que mantinha Portugal sob seu jugo” (Braudel, 1979:181-182). Mesmo quando a situação é favorável à monarquia, a deterioração estrutural da economia não consegue multiplicar sua riqueza acumulada, principalmente vinda das voluminosas garantias que o processo colonizador libera, pois: “Por meio de célebre Tratado de Methuem (1703), os ingleses passaram a ter uma presença dominante na economia de Portugal e Brasil (Campos, 1988:129). Todavia, esta realidade econômica não se restringe somente a Portugal, pois, como apontam as pesquisadoras Prado e Pellegrino (2014): “Em meados do século XVIII, a velha Espanha deu-se conta de que muitas das riquezas obtidas com a exploração (...) haviam sido drenados para o pagamento de dívidas contraídas com a Inglaterra, país então a caminho da industrialização (Prado & Pellegrino, 2014: 13).

Assim, na colônia, a ação dos representantes da metrópole era diferente e se unia numa mesma bandeira, havia uma burguesia mercantil ávida de lucro e troca, ansiosas por um enriquecimento progressivo. Seria uma ilusão pensar que esta nova classe não tem consciência disso. Dessa forma se compreende que, desde as primeiras expedições, se tenham praticado a necessidade do trabalho compulsório, este possibilitara a acumulação necessária a custos baixos, por isso se explica que; “a colonização do Brasil foi pensada e realizada em função da produção, para o enriquecimento da coroa e do estamento mercantil dominante. [...] Este era o ponto de vista dos colonizadores. A lógica do empreendimento é transparente: o lucro, que se visava” (Paiva, 1982: 31).

Num processo contraditório, o capital mercantil começa a desenvolver-se o suficiente para gerar interesses de conflito político. Num determinado momento, a força que possuía a Companhia Jesuítica começa tanto no campo econômico quanto no espiritual a tornar-se deletéria aos interesses desta mesma sociedade. É assim que se chegou à ruptura provocando a expulsão da Companhia que representava aos jesuítas, em 1759. Os motivos apontados podem ser assim mencionados: “a) era detentora de um poder econômico que deveria ser devolvido ao governo; b) educava o cristão a serviço da ordem religiosa e não dos interesses do país” (Ribeiro, 1989: 33-34). Na verdade, é necessário introduzir uma complementação a este raciocínio, pois:

“Cada nova classe estabelece sua dominação sempre sobre uma base mais extensa do que da classe que até então dominava, mas, por outro lado, a contraposição entre a nova classe dominante e a não dominante se agrava e se aprofunda mais ainda. Daí se conclui que a luta a ser conduzida contra essa nova classe dominante tem como finalidade, por seu turno, a negação mais decisiva e radical das condições sociais anteriores” (Marx e Engels, 2012:80).

Reafirmando estas colocações, Pombal, enquanto ministro do Estado da época, imprime a necessidade de materializar as reformas que eram necessárias para o fortalecimento da classe burguesa nacional brasileira, este fenômeno também influenciara a colônia. Carvalho (1986), a este respeito é claro quando descreve que a grande área de influência exercida pelo sistema educacional dos jesuítas, teve como marco engenhos e fazendas, o poder exercido sobre as aldeias dos ameríndios, o controle sobre a extração e o comércio dos produtos, o privilégio da isenção dos tributos, a capacidade de dispor de mão de obra. Além dessas razões, os jesuítas portugueses eram vistos como aliados dos jesuítas espanhóis na questão dos limites meridionais da colônia, o que os tornava inconvenientes.

Por isso, para agravar a sua posição, os jesuítas eram subordinados diretamente ao papa e não a um Estado ou a um rei como o de Portugal. Assim, quando o decreto do Marques do Pombal dispensou os padres da Companhia de Jesus, expulsando-os da colônia e confiscando seus bens, fecharam-se todos seus colégios, e desmoronou absolutamente o aparelho da educação por eles montado e dirigido. No que se refere ao ensino superior, a expulsão dos jesuítas foi seguida pela abertura de aulas de matérias isoladas, e pela inauguração de apenas dois colégios estruturados, um no Rio de Janeiro e outro na Bahia (Olinda). Em 1776 os padres franciscanos criaram um curso superior no convento de Santo Antônio no Rio de Janeiro, na verdade uma faculdade organizada conforme os moldes da Universidade de Coimbra², expressando assim, as reformas pombalinas³ que estavam em pleno curso.

Na sua origem, as atividades pedagógicas foram um meio de a Companhia obter vantagens muito superiores àquelas que regularmente tinham os demais colonizadores. Desta forma, observa-se que os conflitos surgidos entre os jesuítas e os demais representantes na colônia estavam pautados mais pela ação mercantil que pelo seu sistema educacional. Esta realidade que acabamos de descrever foi a regra e não a exceção, em todos lugares diversos que a companhia atuava, solapou pouco a pouco as autoridades e passou a concentrar enormes influências e poder que escapava à Coroa, essa foi a razão fundamental da sua expulsão e da retirada das suas atribuições.

Outro aspecto que merece ser mencionado para se compreender os conflitos internos que moveram a metade do século XVIII, é o quadro político externo. Sabia-

2 Em 1770, por exemplo, houve uma reformulação da Universidade de Coimbra, que finalmente abandonou o “modelo medieval” (Rubião, 2013: 116).

3 Romanelli (1978), afirma que: “Da ascensão do Marquês de Pombal, cuja linha de pensamento estava estreitamente vinculado ao enciclopedismo, resultou a expulsão dos jesuítas de Portugal e de seus domínios” (P. 36).

se que Portugal, neste período, estava perdendo o monopólio do comércio e por outro, à medida que a colonização se fortalecia ia abrindo espaços para a consolidação dos Estados modernos, superando ainda mais as limitações do desenvolvimento da economia capitalista europeia.

É necessário observar que com a emergência dos Estados do tipo moderno criou-se condições de enriquecimento da burguesia mercantil em face às demais “ordens” da sociedade do velho mundo. Concomitantemente, ocorreu um esforço por parte de Portugal no sentido de revigorar o comércio ultramarino, o qual representaria o robustecimento do regime monopolista, pois, como observa um dos mais lúcidos teóricos do colonialismo português:

“Assim, é que em 1851 tinha início o movimento regular de constituição das sociedades anônimas, na mesma data funda-se o segundo Banco do Brasil [...] em 1852, inaugura-se a primeira linha telegráfica na cidade de Rio de Janeiro. Em 1853 funda-se o Banco Rural Hipotecário. [...] Em 1854 abre-se ao tráfego a primeira linha de estrada de ferro do país. [...] A segunda, que iria ligar à Corte a capital da província de São Paulo, começa a construir-se em 1855” (Holanda, 1973: 156).

Deduz-se de tudo o que foi afirmado que as pressões das demais potências europeias cresceram sobre Portugal, sobretudo por parte da França, chegando ao ponto de invadir seu território em 1807. Por uma ironia da história, este fato obrigou o deslocamento da Família Real e sua Corte para o Brasil, estas circunstâncias desencadearam uma nova reorganização política e administrativa, sendo a maior delas o decretamento da “abertura dos portos”, em 1808. Caio Prado Junior (1969), assim se expressa sobre tal acontecimento; “Desencadeiam-se então as forças renovadoras latentes, que daí por diante, afirmar-se-ão cada vez mais no sentido de transformar a antiga colônia numa comunidade nacional” (Prado, 1969: 124). Neste sentido, também, haverá um processo de redistribuição de poder entre as províncias, os polos de maior importância começam a reivindicar uma maior autonomia de seus negócios, será um ato demorado que implicara em recuos e avanços, evoluindo com intermitência até a independência.

É sobre este contexto que a educação a nível nacional pode ser explicada, é sobre esta razão que todas as medidas mais urgentes visavam preservar e garantir a educação da classe hegemônica representada pela nobreza, oriunda da metrópole Lisboa e da burguesia nacional ascendente. As aspirações destas classes, no terreno pedagógico, manifestaram-se através das seguintes medidas: criação da Imprensa Régia, Biblioteca Pública (1810), Jardim Botânico Nacional, incentivo à criação de jornais (Gazeta do Rio). São criadas na Bahia os cursos de Economia (1808), Agricultura (1812), Química (1817), abrangendo a Química Industrial, Geologia e Mineralogia. Estes cursos representam a inauguração do nível superior de ensino no Brasil.

Observa-se que os interesses da classe que organizava estas mudanças, principalmente, na educação superior visavam a preparar mão de obra qualificada de modo a desenvolver de forma mais eficiente as forças produtivas, tornava-se essencial

a produção em grande escala, característica principal da ordem econômica moderna, mesmo que fosse a produção de bens de consumo restrito a poucos produtos. Todavia, permitia a classe privilegiada poupar deslocamento à Europa para realizar seus cursos no nível superior. Em suma, implicava tornar o aparato administrativo mais eficiente em termos da produção. No meio destas mudanças ainda ergue-se um desafio maior, ter mais autonomia em relação a Portugal. Assim, propunha-se a educação superior a responder às exigências do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira da época, sendo que:

“Foi o padrão Francês da universidade napoleônica, não transplantada na sua totalidade, mas nas suas características de escola autárquica com uma supervalorização das ciências exatas e tecnológicas e a conseqüente desvalorização da filosofia, da teologia e das ciências humanas, a departamentalização estanque dos cursos voltados para a profissionalização” (Masetto, 1998: 10).

Com a Independência do Brasil, em 1822, surge a necessidade da construção de um sistema nacional de instrução pública, indo de encontro às novas ideias da época, em que a educação era vista como meio de alcançar a modernidade e diminuir as desigualdades sociais, porém, não devemos esquecer que nessa época:

Desde que o capitalismo é o modo de produção dominante, tanto a sociedade em seu conjunto quanto as instituições têm-se adequado às necessidades da produção, mas tiveram também de considerar outros elementos de caráter cultural, religioso, político, etc., que necessariamente se dirigiam para uma mesma e desejada sociedade capitalista. Hoje, a condição é distinta: não só a sociedade, a cultura e as instituições estão alteradas em suas finalidades, em função das exigências de produção de lucro, como são partes integrantes do sistema (Vasapollo2004: 19).

Para legitimar essa visão social de mundo, todos os campos da vida social são organizados ideologicamente de modo a formar essa necessidade social que é restrita ao poder⁴ de um grupo, porém, deve aparecer como se fosse da necessidade da totalidade da população. Esta mistificação é essencial para poder naturalizar as relações sociais e exercer sua dominação.

A Constituição de 1824, a primeira do Brasil como nação independente, estabelecia a gratuidade do ensino elementar, porém, esta medida foi prejudicada pela proibição de repasses financeiros às províncias para este fim. Encontramos no Art. 179; nos parágrafos XXXII a seguinte colocação: “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos” e, no Parágrafo seguinte: “A Constituição garante Colégios, Universidades e Artes”. Neste contexto: “O ensino superior manteve as mesmas características do tempo do Império: escolas superiores isoladas, em pequeno número, subordinadas à legislação federal, predominando o ensino profissionalizante” (Piletti, 2012: 118).

Em termos da Constituição cabia ao governo imperial supervisionar o ensino primário em todo o território brasileiro que, em forma posterior, foi delegado às províncias do território. Cumpre esclarecer que estas medidas nunca saíram dos decretos, pois,

4 “O poder não se restringe à esfera do Estado, mas se encontra espalhado pelo interior de toda a sociedade civil sob a forma da exploração econômica e da dominação social veiculada pelas instituições, pela divisão social do trabalho, pela separação entre proprietários e produtores” (Chauí, 2001:69).

juridicamente a burguesia ascendente procurava legitimar-se retomando o modelo da Revolução Francesa do século XVIII, a qual impôs vitoriosamente seus interesses históricos.

Vejam, a este respeito a Lei de 1827, relatada pela Comissão de Instrução Pública, afirmava que haveria escolas de ensino fundamental em todas as cidades, vilas urbanas e nas regiões com maior concentração de habitantes. Nos espaços escolares os professores ensinariam a ler, a escrever, as operações básicas de aritmética e os princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica. Em cada capital ou distrito deveria existir uma escola de ensino mútuo e onde fosse possível, devido ao número de alunos e local adequados. Haveria mestres de meninas e a fiscalização seria coordenada pelos presidentes das câmaras em conselho.

Entretanto, a instrução superior possui extrema importância, o mérito para a sua legislação e organização ficaria: “A cargo do governo central pelo ato adicional, demonstra ser este o nível que mais interessava, isto é, aos representantes políticos da época. Eram cursos que formariam a elite dirigente” (Ribeiro, 1969: 49).

Dessa maneira, a nova classe que começou a se formar durante o período da colônia passou a exigir e implantar transformações no ensino superior, a cultura passa a ser vista como um elemento essencial da ascensão social, assim, a economia e o conhecimento não são coisas distintas, formam uma parte integral e indissolúvel do processo. É certo que no início serão para atendimento das necessidades da burguesia local, também, passou a ser uma defesa constante de forma a possibilitar que as classes médias tivessem acesso a este nível de ensino⁵, fortalecendo politicamente esses segmentos sociais em crescimento, isto é, comerciantes, funcionários do Estado, profissionais liberais, militares, religiosos, intelectuais, pequenos proprietários agrícolas e industriais, entre outros, assim, passam a configurar seu perfil social. Portanto, o desenvolvimento do ensino universitário traduz as exigências da burguesia nacional e da possibilidade de consolidar a democracia representativa do acesso à universidade nos moldes das elites, e, por outro lado, expressava os imperativos da economia que exigia uma necessária qualificação de mão de obra nos setores importantes da produção.

Verifica-se que em termos de economia, há o fim do monopólio comercial com a abertura dos portos, desse modo, ocorreu uma reacomodação na área produtiva, a nível interno, com a progressiva concorrência e a crise do sistema capitalista, a produção do açúcar perdeu o mercado europeu, o que obrigou e permitiu abrir espaços para a passagem de uma sociedade exportadora com base rural agrícola para uma outra de caráter agrícola comercial.

Apesar de a cafeicultura ser uma matéria prima de origem agrícola, como a cana de açúcar, as diferentes relações estabelecidas na sociedade brasileira não representaram

5 “No que toca aos liberais brasileiros, apesar de algumas tentativas de criar universidades, a grande preocupação deles era com a autonomia das instituições de ensino existentes, ainda sob forte influência do Estado e da Igreja” (Ribeiro 2013: 117).

pura e simplesmente uma repetição da situação característica das épocas áureas do ciclo da cana, pois esta nova atividade produtiva seria uma criação original brasileira gerando condições internas e particularmente recursos que permitiram melhorar a infraestrutura.

Todavia, este cenário proporcionou a exigência por parte da burguesia agrária comercial exportadora, novas diretrizes políticas que, em certa forma, é traduzido num desligamento gradativo do poder que exerceu o sistema colonial lisboeta. Inclusive quando houve a oportunidade, exaltaram-se as propriedades da República. Há momentos em que a história se acelera.

O crescimento econômico e a consolidação dos partidos políticos (1853), são acontecimentos que fertilizaram um longo processo de mudanças significativas, de um Brasil-Império, que se divide entre atender interesses da camada senhorial ligada à lavoura tradicional (cana de açúcar, em declínio, tabaco, algodão) e outro ligada à lavoura de café. A República altera totalmente este quadro econômico, político e comercial. Nelson Sodré (1973), comentando estes acontecimentos: “A República, quando altera aquele aparato de Estado, traduz o problema; cai o poder moderador, cai a Vitaliciedade do Senado, cai a eleição à base de renda, cai a nobreza titulada, cai a escolha de governadores provinciais, cai a centralização” (Sodré, 1973:124).

Esta nova organização política permitiu a participação no poder, porém, de forma esporádica, da classe média, pois esta não dominava os meios de produção. No que se refere às demais camadas da população, a classe média fica completamente ausente de qualquer participação. Porém, a elaboração de um discurso de escolarização democratizante, constitui extensos textos constitucionais determinados pelas ineficiências da prática social.

Apesar dos resultados alcançados pela república, estes estavam longe de representar uma organização democrática ampla, pelo contrário, os números da educação demonstravam uma realidade totalmente contrária às expectativas que a sociedade esperava para um futuro promissor. Mesmo com a sociedade brasileira desenvolvendo-se numa base urbana comercial e que obrigatoriamente passava a requerer trabalhadores com leitura e escrita para a produção e uma melhor integração ao contexto, encontramos a seguinte situação:

<i>Especificação</i>	<i>1890</i>	<i>1900</i>	<i>1920</i>
Total	14.333.915	17.388.434	30.635.605
Sabem ler e escrever	2.120.559	4.448.681	7.493.357
Não sabem ler e escrever	12.213.356	12.939.753	23.142.248
% de analfabetos	85	75	75

Tabela I - Índice de analfabetismo da população brasileira para pessoas de todas as idades.

*Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Anuário Estatístico do Brasil. Ano II. 1936. P.43

Com relação a esta discussão, é necessário frisar que se sucederam campanhas proclamando a necessidade da difusão de escolas primárias, estas eram lideradas por políticos, os quais reconheciam a necessidade da proliferação destas com base na nacionalidade, o que fez com que alguns defendessem não só o combate ao monopólio, como também a introdução da formação nacionalista, através do ensino cívico. E é na própria origem do comércio que devemos encontrar as raízes mais profundas do interesse na educação. Nesta fase, não só os políticos denunciavam a insuficiência do atendimento escolar elementar e os consequentes altos índices do analfabetismo⁶. O problema passava a ser tratado agora por educadores, os quais acreditavam que através da multiplicação das instituições escolares e da disseminação da educação seria possível incorporar grandes camadas da população na senda do processo nacional e assim colocar o Brasil no caminho das grandes nações: “a educação não muda a sociedade, porém, sem ela a sociedade não muda”, eis o lema assertivo da época. É neste contexto que passam a se consolidar as primeiras preocupações sérias em relação à educação, porém, passado um século, na visão de Saviani:

“Hoje em termos relativos, portanto se poderia dizer que houve queda do analfabetismo. No entanto, em termos absolutos, houve um brutal aumento do déficit. Com efeito, 85% sobre a população global de cerca de 14 milhões que o Brasil tinha em 1890 significa 12 milhões, ao passo que 30% de aproximadamente 160 milhões que neste ano de 1997 correspondem a 48 milhões” (Saviani, 2010: 79-80).

De acordo com esse autor, ao longo do desenvolvimento da sociedade brasileira, a situação da educação não mudou expressivamente, pelo contrário, as estatísticas demonstram que o acesso à educação é um privilégio de poucos, Assim, compreende-se que o ensino gratuito para todos os cidadãos representava uma bela utopia.

Em 1920 a indústria florescia espontaneamente no vazio deixado pela produção primário-exportadora interna e pela produção industrial das sociedades capitalistas centrais.

A industrialização neste momento representou a consolidação da burguesia industrial e do aumento e fortalecimento do operariado, mas os conflitos continuavam, pois, a burguesia industrial que era um segmento das classes dominantes colocava-se numa relação de dominação no que dizia respeito à mão-de-obra e apresentava traços de distinção que levavam a choques de interesses econômicos atingindo também a área política.

Dessa maneira, a década de 20 representou um momento de polarização de vários setores dominantes contra o setor dos cafeicultores na tentativa de conseguir uma mudança na orientação da política brasileira. O operariado iniciava as manifestações urbanas

6 Em 1890, 85% de toda a população brasileira se compunham de analfabetos. Hoje essa taxa gira em torno de 30% (20% se for considerada apenas a população com idade a partir de 15 anos. In. Saviani, D. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 2010: 79-80.

organizadas, demonstrando desta forma a insatisfação da classe dominada. Apesar disso, os políticos da década mencionada insistiam em ignorar estes manifestos populares, este fato foi relatado por Basbaum (1962), da seguinte maneira: “Washington Luiz, como todos os seus antecessores no governo da República, jamais compreendera que o proletariado passara a existir, era agora uma classe definida, com interesses e reivindicações próprias e que nos cálculos eleitorais era preciso levá-los em conta” (Basbaum, 1962:193).

Ao assumir o poder, em 1926, Washington Luís faz alusão à expansão do número de alunos e escolas entre início da República e ano de seu mandato, ressaltando aumento e democratização do ensino e justificando as imperfeições, após três anos de seu mandato, assim ele se refere à educação: “Na realidade muitos dos males de que nos ressentimos ainda não encontraram solução mesmo nos países mais adiantados da velha Europa” (Torgal, Ésther, 2013:149). Não se pode desconhecer, que houve empreendimentos significativos na educação, entre 1808 a 1889, o número de Cursos de Educação Superior chegou a 17 faculdades. Talvez este porcentual seja tímido, porém, para a época foi importante.

Finalizando, para muito além dessas importantes particularidades históricas, devemos observar que o setor médio da população que era composto por funcionários públicos, empregados do comércio, pelas classes liberais, intelectuais, e por fim pelos militares, todos de origem social da classe média, sentiram-se prejudicados pela política vigente da época, assim, iniciou-se um movimento denominado “tenentismo”, onde eles reivindicaram representação política e jurídica

Havia tanto nos setores dominantes, como nos dominados, uma insatisfação geral e um desejo de mudança e, os militares transformavam-se em referência nacional provocando uma série de revoltas. O problema passava a ser tratado agora por educadores, os quais acreditavam que através da multiplicação das instituições escolares e da disseminação da educação seria possível incorporar grandes camadas da população na senda do processo nacional e assim colocar o Brasil no caminho das grandes nações⁷. Contudo, o tempo demonstrara, que esses anseios tornaram-se irrealizáveis, porém, as lutas e os conflitos sociais seriam a mola propulsora que levaria a maioria da sociedade a não deixar de fora suas aspirações mais caras, uma democracia realmente substantiva, ao contrário a isso, ninguém teria porvir.

REFERÊNCIAS

BASBAUM, L. **História sincera da república**: 1889 a 1930. 2ª ed. L. B. São Paulo, 1962.

BENCI, Jorge. **Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos (1700)**. Estudo preliminar de Pedro de Alcântara Figueira & Claudinei Mendes. São Paulo. Grifalbo, 1977.

⁷ “Assim, toda tentativa de superar os limites de um estágio historicamente determinado do capitalismo – nos parâmetros estruturais necessariamente orientados-para-a-expansão e propensos-à-criese do sistema do capital – está destinada mais cedo ou mais tarde ao fracasso” Mészáros, 2015: 116).

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. Editora. UNESP. São Paulo, 2001.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 7ª Ed. Coleção Documentos Brasileiros, V. I. 1973.

MARX, K & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Tradução: Luís Claudio de Castro e Costa. – 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Sobre a Literatura e a Arte**. Editora: Estampa. Lisboa, 1971.

NOVAES, Fernando. **A Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial**. 2ª Ed. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1976.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Docência na universidade**. Editora Papyrus, Campinas: São Paulo, 1998.

PAIVA, José Maria. **Colonização e Catequese (1549-1600)**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

PILETTI, Claudino. PILETTI, Nelson. **História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire**. São Paulo: Contexto, 2012.

PRADO, J. C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1969.

RIBEIRO, Maria L. S. **História da Educação Brasileira: A organização escolar**. São Paulo. Cortez: editores associados, 1989.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Editora Vozes Ltda. Petrópolis. Rio de Janeiro, 1978.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3º ed. Ed. Autores Associados. Campinas, 2010.

SODRE, Nelson. W. **A Formação Histórica do Brasil**. São Paulo. 8ª edição. Editora Brasiliense, 1973.

VASAPOLLO, Luciano. **A Europa do capital: transformações do trabalho e competição global**. Tradução: Maria de Jesus Britto leite. São Paulo: Xamã, 2004.

TORGAL, Luís Reis. **História... que história?** Temas e Debates – Círculo de Leitores. Lisboa, 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adoção 51, 80, 81, 82, 83, 87, 88, 90, 91, 98, 109, 194, 201, 203, 204

Análise de Conteúdo 174, 180

Aprendizagem Significativa 127, 130, 136, 137, 148, 149, 151, 152, 156, 157

Aquisição da Escrita 127

Autonomia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 24, 28, 30, 37, 42, 43, 49, 64, 95, 120, 164, 172, 180, 181, 187, 188, 189, 219, 235, 244, 245, 249, 250, 252

B

BNCC 3, 28, 29, 33, 36, 62, 127, 128, 130, 165, 166, 168, 169, 171, 247

Brasil Colônia 70, 182

C

Círculo de Cultura 220, 221, 222, 223, 224, 225

Conselho Deliberativo 1, 2, 6, 8, 9

Cotas 194, 197, 198, 199, 200, 201, 202

Cultura Popular 30, 31, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137

D

Democracia 5, 7, 8, 11, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 143, 180, 189, 192, 242, 251, 253

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 79, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 140, 150, 151, 152, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 231, 232, 233, 234, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Educação à Distância 39, 100

Educação Básica 3, 4, 18, 25, 42, 47, 62, 65, 67, 68, 93, 95, 96, 105, 127, 128, 129, 130, 132, 136, 137, 168, 169, 171, 172, 180, 203, 224, 238, 244, 245, 247, 250

Educação Física 77, 158, 159, 160, 162, 164, 171, 172, 173

Educação Popular 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 38

Educação Prisional 67

Educação Superior 51, 53, 93, 95, 96, 182, 187, 188, 192, 194, 195, 201, 220, 221, 223, 242

Ensino Fundamental 24, 38, 41, 43, 44, 53, 55, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 94, 95, 96, 97, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 130, 137, 148, 149, 157, 169, 189

Ensino Médio 24, 25, 28, 31, 33, 36, 38, 39, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 54, 65, 94, 95, 96, 97, 121, 169, 178, 199, 201, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253

F

Formação Docente 155, 174, 176, 178, 180, 219, 254

Formação em Serviço 213, 214, 215, 216, 218

Fronteira 39, 40, 41, 43, 44, 45, 48, 50, 51, 203, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 235, 236

G

Gestão da Sala de Aula 220, 221, 223

Gestão Democrática 1, 5, 7, 8, 9, 10, 24, 26, 27

Ginásticas 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 167

H

História 2, 7, 8, 12, 13, 15, 16, 22, 23, 28, 31, 34, 35, 36, 38, 48, 57, 67, 68, 79, 81, 84, 90, 111, 112, 113, 114, 126, 132, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 166, 170, 175, 177, 180, 182, 183, 187, 190, 191, 192, 193, 219, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 235, 238, 243, 244, 252

história da educação 2, 7, 8, 13

História da educação 15, 67, 68, 193

História da Educação 12, 38, 180, 193

I

Igreja Católica 12

Inclusão 116, 117, 119, 121, 122, 125, 126, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 205, 209, 212, 213, 214, 215, 216, 236, 255

Inclusão Digital 213, 214, 215, 216

Interdisciplinaridade 29, 138, 139, 142, 147, 224, 225, 234, 235, 236, 237, 241, 242

L

Letramento 53, 54, 55, 58, 61, 65, 66, 127, 129, 130, 131, 211

M

Mapas Conceituais 148, 151

O

Orfandade 80, 81, 82, 91

P

Paulo Freire 5, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 38, 107, 158, 159, 193, 222, 224, 225

Políticas Afirmativas 194, 196, 197, 198, 199, 200, 202

Políticas Educacionais 2, 3, 17, 19, 24, 61, 113, 120, 182, 224, 244, 254

Psicopedagogia 80, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 101, 103

R

Reinserção 116, 117, 118, 119, 121, 125

Residência Pedagógica 148, 149, 151, 156

S

Sociologia 48, 138, 139, 140, 142, 143, 147, 166, 181, 235

V

Violência no Trânsito 92, 94, 99, 101

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br